

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS MODELOS EM LINGÜÍSTICA

Cidmar Teodoro Pais

1. Preliminares

Há dois séculos vem constituindo-se a Lingüística como uma das chamadas ciências humanas e, durante esse tempo, pesquisas que se foram desenvolvendo num ritmo acelerado permitiram-lhe, progressivamente, definir com maior precisão o seu objeto, dar aos seus métodos de investigação notável rigor e ampliar-lhe consideravelmente o campo de atuação, de tal forma que hoje se tornam necessárias cuidadosas reflexões epistemológicas, tanto para aqueles que se dedicam à *praxis* científica, como para aqueles que se utilizam dos seus resultados.

Com efeito, os primeiros contactos com a ciência da linguagem produzem, muitas vezes, nos não iniciados um sentimento de perplexidade, que lhes impossibilita uma visão mais clara da coerência de suas proposições teóricas, da sua abrangência e do alcance de suas possíveis aplicações.

Por outro lado, faz-se urgente semelhante reflexão entre os próprios lingüistas, na medida em que pretendam conduzir de maneira produtiva os seus projetos, sem deslizar para o caminho fácil mas esterilizante do tecnicismo, da aplicação imediatista e, até mesmo, ingenua dos modelos teóricos, que lhes esvazia o poder de análise, descrição e explicação e que anula ou, pelo menos, reduz sensivelmente a função crítica do método científico.

Diante da multiplicidade das posições, da extensão e da complexidade das questões envolvidas, o presente artigo tem o propósito, apenas, de oferecer modesta contribuição a um exame que se impõe, no estágio atual da ciência. De fato, parece-nos oportuno tecer algumas considerações sobre modelos, ou, mais exatamente, sobre os *meta-modelos*, cuja sucessão e continuado aperfeiçoamento caracte-

rizam, essencialmente, os progressos da Lingüística, nas diferentes etapas de sua ainda breve história.

Nesse sentido, cumpre observar, desde logo, que a compreensão clara das diversas teorias lingüísticas, do seu papel no desenvolvimento da ciência, entendida como um processo — a construção e permanente reconstrução de um *saber* — e em seus desdobramentos tecnológicos — a elaboração e constante reelaboração de um *saber fazer* — exige sempre determinado recuo epistemológico.

2. A concepção “clássica” de língua

Como não poderia deixar de ser, os primeiros lingüistas tomaram por base e ponto de partida de seus trabalhos as propostas formuladas pelos gramáticos, filólogos e filósofos da linguagem, nos séculos XVI, XVII e XVIII, as quais constituíam, por sua vez, a retomada e o prosseguimento da tradição greco-romana, nesse campo.

Do ângulo que aqui nos diz respeito, as línguas consideradas “de civilização” — o grego, para os sábios de Alexandria, do século II a.C.; o grego e o latim, para os gramáticos romanos; o grego, o latim e as línguas européias de prestígio político e cultural, segundo critérios bastante variáveis, para os gramáticos e filólogos posteriores ao Renascimento — são concebidas de tal forma que apresentam, fundamentalmente, três grandes fases em sua história: a) um período “arcaico”, de “formação” da língua, a partir da linguagem “rude”, “pobre”, de pastores e agricultores, de soldados e camponeses, e onde surgem também os primeiros autores, que conferem “identidade” à essa mesma língua; b) um período em que a língua se manifesta em toda a sua “plenitude”, em que se revela “perfeita” ou “a mais perfeita possível”, período que se define como apogeu político e cultural, ao qual pertencem os melhores autores, que, por isso mesmo, são aqueles que se deve ensinar em classe, donde a denominação errônea e *a posteriori* de período “clássico”; c) um período de “decadência”, de *perda* dos valores de civilização, de “deterioração” da língua, que conduz a um *sermo uulgaris*, do qual as pessoas “bem formadas” devem fugir.

Dessa maneira, associaram-se, em situações históricas comparáveis, sob certos aspectos, às fases de formação, de constituição e crescimento, de máxima expansão e poder, político, econômico, de estagnação, declínio e refluxo de diferentes impérios (mesmo quando assim não se autodenominavam), outros tantos períodos, fases de suas respectivas línguas, que lhes corresponderiam, poder-se-ia dizer, “segundo a natureza das coisas”

Trata-se, sem dúvida, de sua concepção que persiste ainda hoje, de forma mais ou menos nuançada, na educação institucionalizada de muitos países e que explica, de certo modo, algumas facetas de política educacional e cultural de seus governos.

Assim, a gramática e a filologia, explicitamente criadas pelos sábios de Alexandria, parcialmente retomadas pelos gramáticos romanos, novamente retomadas e amplamente desenvolvidas, sobretudo a partir do século XVII, caracterizaram-se, desde o momento em que foram concebidas, como disciplinas complementares, por seus métodos e objetivos.

Efetivamente, a gramática definiu-se, logo de início, como uma disciplina simultaneamente descritiva e normativa, que se propunha oferecer os elementos para ensinar a “escrever com correção e elegância”, extraíndo-se suas regras e recomendações do conjunto dos textos dos bons escritores, tomados por modelos a serem imitados — e que mereciam semelhante classificação, diga-se de passagem, de acordo com critérios nem sempre muito claros.

A filologia, por seu lado, constituiu-se como “o estudo da cultura através dos textos”, definição bastante ambiciosa e, ao mesmo tempo, bastante incompleta, no que concerne aos seus procedimentos e às tarefas que lhe foram atribuídas.

Com efeito, pretendendo ensinar a “escrever com correção e elegância”, como vimos, para preservar o “patrimônio” lingüístico, opondo-se à “deterioração” da língua, a gramática precisa apoiar-se, ao formular suas regras, nos textos dos bons escritores, que lhe conferem autoridade. Torna-se necessário, pois, o trabalho da filologia, ou seja, examinar e comparar diferentes variantes e versões de suas obras, que, observadas em suas sucessivas edições manuscritas ou impressas (a partir de Gutenberg), as fazem pouco confiáveis, quanto à fidelidade em relação ao texto original, para tentar, desse modo, reconstituir um texto que seja o mais próximo possível daquele, bem como esforçar-se por elaborar e propor uma explicação válida dos dados culturais nele contidos, de modo a torná-los, conforme o caso, compreensíveis ou mais compreensíveis.

Contudo, no julgamento das variantes e das versões, na escolha das formas que se devem considerar adequadas, é preciso lançar mão de critérios, dentre os quais não são de menor importância os fornecidos pela gramática, já que, entre outras coisas, os grandes escritores, por definição, “escrevem bem” e não cometeriam erros de gramática. E o ciclo recomeça.

Verifica-se, pois, que a chamada gramática tradicional faz abstração da linguagem oral, de maneira praticamente constante. E os textos selecionados como representativos da linguagem escrita são, invariavelmente, aqueles que se inserem nos cânones de determinada “literariedade”, muito embora se reconheça uma “graduação”

Por outro lado, conquanto os autores possam achar-se relativamente distanciados no tempo — comumente por vários séculos —, os seus textos, em que se documenta e inspira a gramática tradicional, para formular suas regras, são tomados como representativos, não somente de uma língua, mas de um mesmo estado de língua, numa espécie de sincronia *avant la lettre*, extremamente flexível em seus limites.

3 As concepções medievais e renascentista de signo

A maneira como são concebidos os signos numa cultura corresponde ao que Foucault chamou de *atitude epistêmica* e constitui um dos elementos determinantes, na proposição de uma tipologia das culturas.

De forma sumária e restrita, aqui, aos aspectos que nos interessam de perto, pode dizer-se que a Idade Média ocidental e cristã, em sua cosmovisão teocêntrica, entendia os signos — verbais e não verbais — como “a parte material, visível, de uma realidade espiritual maior, invisível”. Assim, por exemplo, a imagem de um santo, numa catedral, era parte desse mesmo santo, a palavra *amor* era parte dessa realidade espiritual, o “*amor*”. Semelhante concepção persiste, intuitivamente, em muitos sujeitos falantes-ouvintes, ainda em nossos dias. Basta observar como lhes desagrada nomear ou ouvir nomear certas doenças, por temor que isso as atraia ou faça presentes.

Autêntica revolução política, econômica, filosófica, espiritual e cultural, o Renascimento elaborou, ou reelaborou, na retomada de muitos valores da civilização greco-romana, uma visão antropocêntrica do mundo. Apto a compreender e dominar o mundo, por sua racionalidade, “o homem é a medida de todas as coisas”, como dizia Protágoras. É a medida, pois, do belo, do bom e do justo.

Desse modo, os signos passam a ser vistos, a partir da Renascença, como “a representação adequada do mundo natural”. O signo não é mais concebido como parte do objeto, mas como seu representante, ou seja, na verdade, outro objeto, que, no entanto, tem uma função específica, a de representar *in praesentia*, nomeando-o, àquele primeiro objeto *in absentia*. É dada ênfase ao mundo natural, e não ao espiritual, de acordo com a cosmovisão antropocêntrica, em que tudo deve submeter-se à razão humana. Resta, sem dúvida, o comple-

xo problema de saber em que termos essa representação é *adequada* e, para semelhante questão não se encontrou, até hoje, solução plenamente satisfatória.

Chegou-se desse modo, à chamada teoria clássica de signo: “o signo é signo de alguma coisa”

Assim o entenderam, também, os gramáticos de Port-Royal, que consideraram, então, a linguagem humana como, fundamentalmente, lógica e universal. Tomaram por referência e, ao mesmo tempo, por instrumento de trabalho a lógica formal, alética, proposta por Aristóteles e reelaborada por São Tomás de Aquino, dentre outros. As distorções observáveis nos discursos dos homens decorrem de sua natural imperfeição; todavia, uma análise rigorosa permite reduzir e submeter tais discursos aos modelos lógicos. Para os gramáticos de Port-Royal, a natureza do signo, a natureza e a universalidade da linguagem humana encontram sua explicação última na teologia.

4. A lingüística histórico-comparativa

Essa visão rápida de alguns conceitos e métodos importantes, que antecederam à criação da Lingüística, pareceu-nos útil, para a melhor compreensão de seu ulterior desenvolvimento.

Primeira grande etapa da ciência da linguagem, a lingüística histórico-comparativa tomou por modelo, como o fizeram as demais ciências no século XIX, a biologia, considerada a ciência-padrão, a de maior prestígio. Assim, a Lingüística, nesse período, pode ser definida como positivista, evolucionista, historicista, causalista.

No âmbito dos estudos da linguagem, um dos eventos determinantes foi, certamente, a descoberta do sânscrito. Língua geograficamente distante e cujos falantes não teriam tido, ao que se sabia, nenhum contato com as línguas européias, no período histórico, chamavam fortemente a atenção suas similitudes, sob vários aspectos, com o latim, o grego e o gótico.

Desencandeou-se, pois, toda uma vastíssima série de trabalhos de comparação dessas línguas e, logo em seguida, de muitas outras — como, por exemplo, as línguas românicas e as línguas germânicas — que conduziu a uma extraordinária produção científica.

O método histórico-comparativo propunha, basicamente, a realização de duas tarefas. A primeira consistia no estudo comparativo da evolução de línguas, nos períodos historicamente documentados. De início, despertaram a atenção dos lingüistas as semelhanças entre diferentes línguas. Percebeu-se, no entanto, que essas semelhanças,

por interessantes que fossem, não constituíam um critério seguro, eram enganosas, poderia tratar-se de simples coincidências. Assim, em sua forma definitiva, as pesquisas histórico-comparativas passaram a considerar como elementos probantes as *diferenças constantes* entre várias línguas, ou seja, as *correlações*, do tipo

grego	latim	sânscrito	gótico
πατήρ	pater	pitr	fadar

(onde gr , lat. e skr. apresentam *p-*, o gót. apresenta *f-*; onde lat. e gr *-er*, skr, *-r*, gót. *-ar*, etc.) Semelhantes correlações, reunidas em extensas listas, demonstravam evoluções divergentes, a partir de formas comuns — inferíveis a partir dessas mesmas correlações e em relação às línguas consideradas — e permitiam, também, definir grupos de línguas, estabelecendo entre elas graus de parentesco.

Constituía a segunda tarefa da lingüística histórico-comparativa a reconstrução lingüística, isto é, a tentativa de reconstituir os períodos não documentados, ligados a uma língua ou a um grupo de línguas. Essa reconstrução poderia referir-se a períodos anteriores ao da evolução documentada, como foi o caso, por exemplo do indo-europeu. Língua hipotética, foi assim chamada porque a reconstrução de suas formas, hipotéticas, a partir dos dados evolutivos conhecidos de línguas da Ásia (o sânscrito e o persa) e da Europa (o grego, o latim, o celta, o lituano, o albanês, o gótico, etc.), permitia integrar as *correlações* estabelecidas entre essas línguas pelo método histórico-comparativo num todo coerente, que explicava muitos aspectos de sua evolução e que autorizava, tendo em vista a coerência das correlações evolutivas, o parentesco demonstrado de tais línguas e sua origem comum (o indo-europeu), classificá-las como uma vasta família lingüística indo-européia, composta por mais de quarenta línguas.

A reconstrução lingüística ocupava-se, também, de períodos intermediários, entre dois períodos documentados, ou seja, dos “buracos negros” na história da evolução lingüística, como no caso, por exemplo, do *romance* — na verdade, cerca de cento e oitenta dialetos que se resultaram da fragmentação lingüística do latim — entre o século V d.C. e o surgimento dos primeiros documentos escritos das línguas românicas.

A lingüística histórico-comparativa sustentava, desse modo, uma concepção de língua que se inspirava na biologia, a metáfora biológica: as línguas foram consideradas como seres vivos, “nascem, crescem, reproduzem-se e morrem” Daí falar-se de línguas vivas, de línguas mortas — quando há documentos —, como o latim, por exemplo, de línguas extintas — quando não há documentos escritos —, como

o dalmático, de língua mãe e de línguas filhas, como, por exemplo, o latim e as línguas românicas. Tornou-se possível, por conseguinte, propor uma classificação *genética* das línguas, elaboraram-se, até mesmo, árvores *genealógicas* das línguas — por sinal, bastante criticadas, logo em seguida, pelos próprios lingüistas histórico-comparativos —, chegou-se a classificar as línguas conhecidas do mundo em sete grandes famílias e algumas línguas isoladas — que não podiam ser colocadas em relação com as demais, por correlações histórico-comparativas, como, por exemplo, o japonês e o basco. Construiu-se, finalmente, uma teoria da fragmentação lingüística, a teoria das ondas, que até hoje não foi suplantada, do ponto de vista da evolução lingüística.

Os lingüistas histórico-comparativos ocuparam-se, essencialmente de fonética e esforçaram-se, em muitos casos, por estabelecer “leis fonéticas”, ou seja, leis de evolução fonética, válidas para determinada língua e para determinado período desta. Os estudos sobre o léxico e a sintaxe eram raros e fragmentários e a semântica, entendida como a “história da evolução do sentido das palavras”

Apesar do grande número de pesquisas de alta qualidade, os lingüistas histórico-comparativos, imbuídos do pensamento positivista de que a ciência deve “dizer as coisas como elas são” (τὰ ὄντα λέγειν ὡς ἐστίν), limitaram-se a *constatar* os fatos que comprovavam a evolução lingüística e não se preocuparam em procurar saber como e por que as línguas evoluem.

Uma das mais notáveis contribuições da lingüística histórico-comparativa — e de toda a Lingüística —, sem dúvida, foi a de *nuançar* — e não de eliminar, como pensaram alguns afoitos — a noção de erro. Tornou-se possível explicar muitas incongruências de gramática tradicional e, de vez que ficou clara e exaustivamente demonstrado que as línguas evoluem, não se poderia mais catalogar como “erros de gramática” os fatos lingüísticos determinados por essa evolução, de tal forma que restavam, apenas — a ser melhor estudados, todavia — os erros provocados pela fadiga, pela tensão, etc., e os distúrbios causados por patologias da linguagem.

5. A grande transição: Ferdinand de Saussure

Acostumados a ver o grande cientista de Genebra citado como “o pai da Lingüística moderna”, muitos ignoram que ele foi, igualmente, um dos melhores especialistas da lingüística histórico-comparativa. Assim, caracterizava-se como um homem de transição ou, mais precisamente, como aquele que operou a transição entre a lingüística

historicista e a que se convencionou chamar de lingüística contemporânea.

Observando o esgotamento do método histórico-comparativo, depois de praticamente um século de notável produção, e compreendendo os impasses a que conduzia a sua continuidade, nos mesmos termos, Saussure apresentou uma série de propostas de extraordinário alcance epistemológico e ofereceu, desse modo, as condições necessárias ao pleno desenvolvimento da ciência da linguagem. Raramente propôs soluções — e quando o fez, estas foram, de modo geral, bastante precárias —. Sua importância se deve, sobretudo, às questões extremamente revelantes que formulou e sobre as quais tiveram de debruçar-se, por longo tempo, os lingüistas que se lhe sucederam.

Para Saussure, a principal crítica que se pode fazer à lingüística histórico-comparativa é a de que estuda fatos lingüísticos isolados de uma língua — ou séries evolutivas isoladas — o que impossibilita explicar o funcionamento da linguagem.

Sustenta, por conseguinte, que “a língua é um sistema onde tudo está ligado”, ou seja, um conjunto de relações em que cada elemento não tem nenhum valor em si mesmo mas só tem valor em *oposição* aos demais.

Daí decorre a necessidade de distinguir dois métodos. O mais antigo, da lingüística histórico-comparativa — da lingüística evolutiva ou dinâmica, diria ele — e ao qual chamou, *a posteriori*, de diacronia (*διὰ+χρόνος*); o novo método, que então propôs, seria o da lingüística estática, a *sincronia* (*συν+χρόνος*). Tendo sido ele mesmo um dos melhores especialistas do método histórico-comparativo, não pretendeu de nenhum modo negar a evolução lingüística. Dessa maneira, a sincronia consiste, basicamente, em operar um *corte metodológico*, no eixo da história, e estudar, em seguida, os elementos de uma língua, pertencentes a uma mesma *etapa sincrônica* — na verdade um espaço de tempo delimitado —, em suas relações uns com os outros, de modo a explicar o funcionamento da língua, como instrumento de comunicação, no seio da vida social.

Segue-se uma distinção de fundamental importância, a oposição *língua/fala*, que não fora, até esse momento, claramente explicitada. A língua define-se, pois, como social abstrata, psíquica, finita; a fala, como individual, concreta, psicofísica e infinita. Assim, diz Saussure, por mais que variem os atos de fala particulares e concretos, não podem atingir o sistema, que é geral. Em sua concepção, portanto, o sistema é estático. Obviamente, torna-se impossível explicar como os sistemas lingüísticos mudam e essa é uma das críticas pertinentes que se fizeram, posteriormente, às suas proposições.

A língua, pois, é forma e não substância, ou seja, é concebida apenas como um conjunto de relações. Compreende-se, nessa perspectiva, que Saussure tenha confundido as noções de sistema e estrutura — a definição matemática desta última é, justamente, “um conjunto de relações” — que, para ele, eram equivalentes.

Uma de suas mais importantes contribuições foi, sem dúvida, a teoria do signo que elaborou, muitíssimo produtiva, não só pelas aplicações que permitiu, como também pelas fecundas reflexões que desencadeou e que vieram, mais tarde, a reformulá-la profundamente. Pretendendo escapar à teoria clássica do signo, propôs-se a defini-lo *internamente*, como uma entidade de duas faces indissociáveis — comparáveis às duas páginas de uma folha, dizia —, o *significante* e o *significado*, cuja relação seria arbitrária e convencional. Em sua concepção, o significante é uma *imagem acústica* e o significado, um *conceito*.

Contudo, não pôde deixar de dizer que o significado, isto é, o conceito ligava-se a um *referente* externo, extra-lingüístico, *referia-se* a ele, de modo que o signo voltava a ser, em última análise “signo de alguma coisa”. Também foi bastante criticada por vários lingüistas posteriores, dentre os quais cumpre citar Benveniste, a sua afirmação a respeito da arbitrariedade do signo, nos termos absolutos em que a formulou. Foi igualmente criticada por Trubetzkoy e seus discípulos a concepção de significante como imagem acústica, e de significado, como conceito, conforme veremos em seguida. Deveria, pois, ser nuancada e reelaborada.

Para Saussure, a língua é *um código* e compreende, por conseguinte, elementos — os signos, entidades dotadas de uma face significante e uma face significado — e regras de combinação desses elementos.

Propôs, ainda, que se abandonasse a metáfora biológica, sustentada pela lingüística histórico-comparativa — aquela em que, como vimos, as línguas são comparadas aos seres vivos — e formulou, assim, num dos maiores avanços da Lingüística, um dos aspectos fundamentais de sua teoria: a língua é uma instituição social. Desse modo, a explicação última da natureza dos signos e da linguagem humana deveria ser buscada na sociologia.

Enfim, antecipando-se de muitas décadas aos resultados das pesquisas que se seguiriam, ~~confe~~beu que haveria de criar-se uma nova ciência, a *Semiologia*, entendida por ele como “o estudo dos signos no seio da vida social”, e que a Lingüística passaria a constituir, então, um dos seus ramos.

6. A Escola fonológica de Praga

Apresentando, em 1930, a sua proposta de criação de uma nova disciplina, a Fonologia, e desenvolvendo-a, nos anos que se seguiram, acompanhado em seus trabalhos por dois brilhantes discípulos, Martinet e Jakobson, Trubetzkoy consagrou-se como um dos grandes seguidores e intérpretes de Saussure, e, ao mesmo tempo, como um dos seus melhores críticos. Constituiu-se, pois, a escola fonológica de Praga, a primeira corrente da lingüística moderna.

Reconhecendo a extraordinária importância, para a ciência da linguagem, das “dicotomias” saussureanas, Trubetzkoy considerou, no entanto, com inteira razão, que o mestre de Genebra não havia estabelecido entre elas as necessárias relações.

Com efeito, tomando-se as oposições língua/fala e significante/significado, dever-se-ia levar em conta as relações que mantêm entre si, e isso conduzia obrigatoriamente a distinguir, de um lado, significante de língua e significante de fala, e, de outro, significado de língua e significado de fala.

Para Trubetzkoy — prosseguindo na linha de pensamento de Saussure —, a língua é psíquica, geral, abstrata e finita; a fala, ao contrário, é psicofísica, particular, concreta e o número dos *atos de fala* — noção importantíssima que desenvolveu — tende *ad infinitum*. Desse modo, a cada signo correspondente um único significante de língua e, por outro lado, um número que tende *ad infinitum* de significantes de fala.

Seguiu-se desse raciocínio a sua proposição do conceito de *fonema*, unidade do significante de língua, unidade mental, psíquica, abstrata, *discreta*, que tem uma função lingüística, a *função distintiva de signos*, pela oposição de seus significantes. Assim, o fonema não é o som da linguagem. Aos fonemas, unidades de língua — os “sons da língua”, como chegou a chamá-los —, correspondem, na fala, suas *realizações* concretas que constituem, estas, em sua infinita variação, os “sons da linguagem” Donde a oposição fundamental fonema/som.

Dessa maneira, a fonologia, cuja proposta formulou, definiu-se como a disciplina que estuda os fonemas, suas relações, suas funções, Estudando unidades mentais e abstratas, seus métodos são lógico-matemáticos. Distingue-se, pois, claramente da fonética — cujos esforços deveriam obviamente prosseguir —, que estuda os sons da linguagem, ou seja, as realizações concretas da fala e que, por isso mesmo, empresta seus métodos às ciências físicas e naturais, mais exatamente,

à anatomia e à fisiologia humana — a fonética articulatória — e à física acústica — a fonética acústica.

Assim entendida, a fonologia pode ser considerada como a primeira disciplina da lingüística moderna, já que se caracteriza como observacional e não experimental — como o são as ciências humanas —, enquanto a fonética, por seu caráter observacional e experimental, não se configura como um dos ramos da Lingüística mas, antes, como uma disciplina auxiliar.

Pela primeira vez em Lingüística — e nas ciências do homem, de modo geral —, Trubetzkoy introduziu e tornou operacionais os modelos matemáticos e lógico-matemáticos. Deu-lhe, pois, as condições para construir uma metalinguagem científica rigorosa, possibilitou-lhe o início da formalização e conferiu aos seus modelos maior poder de abstração e de explicação. Dele foram, certamente, algumas propostas extremamente fecundas para o desenvolvimento das pesquisas que se seguiram, como, por exemplo, a aplicação do método da comutação (matemática) — que permitiu, inclusive, a análise distribucional — e as noções de pertinência, ~~pertinência~~, traço distintivo, oposição binária, feixe binário, fonema como feixe de oposições, rede binária ou rede de oposições binárias, dentre outras.

Quanto à sua proposição de que, ao lado de uma semântica de língua — dedicada aos significados de língua —, que já se praticava, conquanto de maneira claudicante, dever-se-ia criar uma semântica do discurso — dos significados de fala —, só veio a ser posta em prática pelos lingüistas nos anos sessenta.

7 O estruturalismo “clássico”

Ao contrário do que muitos pensam, o estruturalismo, como se convencionou chamá-lo, foi uma corrente homogênea mas constituiu, na verdade, um conjunto de escolas por vezes altamente conflitantes entre si.

Caracterizou-se como um período de intensa produção científica, que transcorreu entre os anos quarenta e sessenta — e a menção cronológica, aqui, é um simples balizamento, sem maiores intenções —, já encerrado e inserido na história da ciência, onde ocupa destacado lugar. Foram de inegável importância suas contribuições epistemológicas e metodológicas ao desenvolvimento da Lingüística. Teve, na época, ampla aceitação e, talvez por isso, recebeu numerosas críticas, muitas delas desprovidas de fundamento — fruto da desinformação e do dogmatismo, infelizmente sempre presentes na vida intelectual — e outras, bastante pertinentes, que merecem toda a atenção.

As diferentes correntes estruturalistas apresentavam certos denominadores comuns, determinados aspectos sobre os quais havia, também, consenso. Podem ser agrupadas, de modo geral, em dois grandes grupos, segundo a *meta-teoria* que orienta os esforços da pesquisa teórica e de suas aplicações: as funcionalistas, como, por exemplo, a de Martinet e a de Jakobson, que utilizam a noção de *função* como *trabalho*, *desempenho*, funcionamento da linguagem; as formalistas, como por exemplo, a de Hjelmslev, que tomam *função* como relação de *dependência*, no sentido matemático ou numa aproximação deste.

Para Martinet e Jakobson, a oposição saussureana língua/fala pode ser expressa em termos de *código/mensagem*. O código é um repertório de elementos, compreende um *inventário* de signos e um conjunto de regras, de *leis combinatórias* que permitem a sua *atualização* em mensagem; o código é, igualmente, a organização à qual é confrontado cada elemento da mensagem, para seu julgamento e interpretação.

Martinet considera que a linguagem humana tem três funções, é instrumento de comunicação, suporte do pensamento e instrumento de expressão da subjetividade — e, possivelmente, uma quarta, a função estética. Situa-as na cadeia falada, nos atos de fala, ou seja, no *enunciado*. Dá ênfase à função de comunicação, entendendo-a, porém, simplesmente como *transmissão da informação*, — o que fazem, por sinal, todos os estruturalistas —, de modo que não há lugar, em sua teoria, para o *tratamento* da informação. Apesar de situar a função no enunciado, relacionando-a a uma *escolha* do locutor, que é determinada por sua *intenção* de comunicação, recusa a possibilidade de que a lingüística estude a dinâmica da enunciação, afirmando textualmente que “não cabe ao lingüista como tal precisar onde, no locutor, se encontram disponíveis os fatos lingüísticos nem por qual processo esse locutor é levado a fazer uma escolha conforme a suas necessidades de comunicação”

Muitíssimo importantes, para os autores estruturalistas, são as relações entre língua e cultura. Martinet reconhece, com inteira razão, a diversa análise dos dados da experiência nas diferentes culturas. Contudo, aquela relação é vista como uma *correspondência*, “a cada língua corresponde uma organização particular dos dados da experiência” De fato, embora concordassem quanto à sua relevância, os estruturalistas nunca chegaram a estabelecer um consenso, no que diz respeito à natureza dessa “correspondência” Assim, para Whorf, a língua determina a cultura; para Bloomfield, a cultura determina a língua; para Sapir, são dois processos paralelos.

No entanto, existiu entre os estruturalistas o mais amplo consenso, no que diz respeito à idéia de que a Lingüística tem por objeto a *diversidade lingüística*, deve ocupar-se da diversidade das línguas, concebidas como *instituições sociais*, e em relação com as *culturas* que lhes correspondem. Desse modo, enriqueceram a concepção de Saussure — que relacionava a Lingüística à Sociologia — e sustentaram a necessidade de articular-se a Lingüística às demais ciências do homem, proposta efetivamente praticada e que teve as mais notáveis conseqüências epistemológicas e metodológicas. Trata-se, pois, de duas aquisições fundamentais e definitivas para a ciência da linguagem.

Hjelmslev foi, sem dúvida, o melhor intérprete e o melhor crítico de Saussure. Considerando, acertadamente, insustentável a sua concepção de que a língua é forma e não substância, de vez que “nada autoriza fazer preceder a língua por uma “substância do conteúdo” (pensamento) ou por uma “substância da expressão” (cadeia fônica), seja numa ordem temporal, seja numa ordem hierárquica”, propôs que a língua é “uma forma entre duas substâncias”, ou seja, que uma mesma forma — estrutura — projeta-se simultaneamente sobre duas substâncias, um *continuum amorfo* semântico, dos dados da experiência, do conteúdo, e um *continuum amorfo* da expressão, da substância fônica.

Dessa maneira, foi-lhe possível conceber a língua como um *sistema semiótico*, dotado de dois planos, o plano do conteúdo — que compreende a forma e a substância de conteúdo — e o plano da expressão — que compreende a forma e a substância da expressão —. Essa concepção permitiu-lhe, igualmente, contornar o problema da formulação de uma teoria do signo — que, como vimos, depois de mais de dois mil anos de reflexões, conduzia sempre a um terrível impasse — e apresentar a sua proposta de que se estudasse a *significação*, entendida como *função semiótica*, isto é, como uma relação de dependência entre um plano do conteúdo e um plano da expressão, e a *semiose*, o processo de produção da significação.

Essas propostas constituíram a base epistemológica sobre a qual se construiria, mas tarde, a semiótica, como ciência da significação. Conduziram, também a distinguir claramente as noções de *sistema* e *estrutura* — que Saussure confundira —: o sistema não é uma estrutura mas *contém* uma estrutura, ou seja, sistema = (estrutura x substância)

Por outro lado, a sua proposta do *isomorfismo*, de que o plano do conteúdo e o plano da expressão são *isomorfos* teve as mais importantes conseqüências para o desenvolvimento ulterior da Lingüís-

tica, tanto em termos de exequibilidade, na *praxis* da pesquisa, como do ângulo de sua justificação epistemológica. Na correta leitura de Greimas, isomorfismo significa que os dois planos são suscetíveis de serem descritos pela mesma metalinguagem.

Isso possibilitou — e justificou, como dissemos — no estruturalismo, a extrapolação da rigorosa metalinguagem e dos modelos, de grande poder de abstração, de explicação, de formalização, da fonologia, para outros níveis de análise da linguagem. Assim, a partir da fonologia, elaborada por Trubetzkoy e altamente desenvolvida por Martinet e por Jakobson — a tal ponto, que as suas teorias e modelos, nesse campo, não foram até hoje superados (dado o fracasso, inclusive, da fonologia gerativa) — foram criadas a lexicologia estrutural — em que Dubois comparece, na época, como o mais perfeito exemplo de análise distribucional —, a sintaxe estrutural, com Tesnière, e a semântica estrutural, com Greimas, entre outros.

Ficaram, dessa maneira, claramente defindidos os *níveis de análise lingüística* e as disciplinas que lhes correspondem: a fonologia, que estuda as unidades distintivas da segunda articulação, de significante; a morfo-sintaxe, que se ocupa dos signos mínimos e da sua combinatória na construção do vocábulo; a lexicologia, que estuda as *lexias*, as unidades memorizadas, disponíveis para a atualização, tratadas de um ponto de vista qualitativo (Dubois, Pottier, por exemplo) ou quantitativo (Muller, por exemplo); a sintaxe, que se ocupa da combinatória inter-vocábulos, ou interlexias, no interior do sintagma, e da combinatória dos sintagmas no interior do enunciado; a semântica, que estuda a combinatória dos elementos de que resulta o significado.

De modo geral, pode dizer-se que a lingüística estruturalista analisava as estruturas lingüísticas, tomando por limite máximo o enunciado, a frase. Tinha uma concepção estática de sistema e estrutura e considerava a língua como um código, visto como um conjunto estático de elementos disponíveis para as atualizações nos atos de fala. Estes eram os dados observáveis — como continuam sendo, por sinal —, a partir dos quais os lingüistas deveriam, essencialmente, construir seus modelos de língua, de sistema.

Dada a vigorosa defesa que Saussure e seus discípulos imediatos haviam feito, nas primeiras décadas do século, da necessidade de uma postura rigidamente sincrônica na abordagem dos fenômenos lingüísticos, compreende-se que a maioria dos autores estruturalistas tivesse mantido, em seus estudos, semelhante postura. Houve alguns poucos, até, que, num desvio epistemológico, transpuseram a sincronia do método para uma sincronia do objeto.

Contudo, ao lado de diversas teorias construídas sobre uma noção de estrutura, entendida como um conjunto de relações estáticas, numa etapa sincrônica, distinguem-se outras, em que a concepção estática deve ser bastante nuançada, como é o caso, sobretudo, de Hjelmslev e Coseriu.

Com efeito, Hjelmslev propôs que se considerasse o signo como uma grandeza indefinível e sustentou as concepções de significação — a função semiótica — e de semiose, o processo instaurador dessa relação. Contrapôs à oposição saussureana língua/fala a sua formulação *sistema/processo*, em que a língua é o sistema, e o processo, o texto. Disse, é verdade, que o sistema é estático mas afirmou também que a língua, como sistema de signos, e “para preencher plenamente essa função, deve ser sempre capaz de *produzir* novos signos” Introduziu a distinção fundamental entre *esquema* — relações abstratas — e *uso* da língua, que teve importantes desdobramentos. Assim, a estrutura pode ser vista como uma *constante* em relação às *variáveis*, que constituem os diferentes usos; estes, porém, podem ser tomados como constantes, em relação às variáveis que são os atos de fala. Parece ter oscilado entre uma visão sincrônica e uma visão pancrônica e os aspectos dinâmicos de sua teoria só foram percebidos claramente a *posteriori*, pelo relevante papel que vieram a ter na construção dos modelos de várias teorias pós-estruturalistas.

Em pleno estruturalismo, Coseriu formulou uma muito bem fundada crítica da sincronia. Concordando com a afirmação de Saussure, de que a diacronia, ao estudar fatos lingüísticos isolados, sem examinar as relações que mantêm entre si, impedia que se explicasse o funcionamento da língua, como instituição social, como instrumento de comunicação, acrescentou, por outro lado, que o método sincrônico fazia que se perdesse a perspectiva histórica, impossibilita compreender como mudam os sistemas, impossibilita, em última análise, a plena compreensão do sistema, já que este se origina, sempre, de um sistema precedente.

Tais reflexões o levaram a propor um novo método de abordagem dos fenômenos lingüísticos, a *pancronia*. Consiste, basicamente, no estudo de dois ou mais sistemas de um mesmo *idioma*, correspondentes a etapas sincrônicas que se sucedem no eixo do tempo. Nos termos em que foi proposto por Coseriu, o método pancrônico fundamenta-se numa combinação dos eixos sincrônico e diacrônico.

Entretanto, o rigor e a produtividade da pesquisa exigem a fixação de limites mais ou menos arbitrários, no que concerne ao período de tempo que deve ser metodologicamente tomado como sincrônico, para o levantamento dos dados que serão definidos como

pertencentes a um mesmo sistema, e, por outro lado, tornam necessário um intervalo, no mesmo eixo do tempo, entre dois sistemas considerados sucessivos, para que se possam observar diferenças entre eles, o que implica o estabelecimento de “buracos negros” lingüísticos entre os sistemas examinados.

Formulou Coseriu, também, a tríplice oposição *sistema/norma/fala*. A fala corresponde aos *atos lingüísticos*, dados observáveis no momento de sua produção; a norma configura um primeiro grau de abstração e se constitui dos hábitos lingüísticos, do que, no falar concreto, é repetição de modelos anteriores; o sistema, segundo grau de abstração, de um lado, contém apenas o que, na norma, é oposição funcional, e, de outro, é concebido como “sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados”, é, simultaneamente, conjunto de imposições e conjunto de liberdades.

Daí decorre a distinção de dois níveis de mudança lingüística: a contínua produção de atos lingüísticos diferentes conduz à lenta acumulação dessas diferenças, a ponto de provocar uma mudança na norma. As sucessivas mudanças ocorridas ao nível da norma acumulam-se, por seu turno, a ponto de provocar uma mudança ao nível do sistema.

O conceito de norma é da maior relevância nos estudos lingüísticos. Basta lembrar que, aceitando-se a existência de *normas* — regionais, de classe social, de faixa etária, etc. — justifica-se, epistemologicamente, e torna-se viável, metodologicamente, a constituição, dentre outras, de duas disciplinas, sociolingüística — que estuda os comportamentos lingüísticos de segmentos sociais, entendidos como variações em relação ao sistema, mas como constantes em relação aos atos lingüísticos dos sujeitos falantes-ouvintes pertencentes àqueles segmentos — e a psicolingüística — na medida em que se propõe a explicar os processos de aquisição da linguagem, tomando por parâmetro o comportamento de grupos de faixa etária (sem o que tornar-se-ia uma “ciência do particular”).

No período final do estruturalismo, admitiram vários autores que a Lingüística poderia — e mesmo deveria — ultrapassar os limites de análise que se havia imposto, da frase, do enunciado, ampliar o seu objeto, e voltar-se, também, para o estudo do texto, onde a proposta, que se seguiu, da criação de uma lingüística transfrástica ou transfrasal, abrindo-se, assim, largo campo à investigação. Dada a concepção estática de sistema e estrutura, porém, os primeiros lingüístas a ocupar-se da questão continuaram tomando as noções de texto e discurso como equivalentes.

Inscribe-se igualmente na última fase do estruturalismo “clássico” o surgimento da *Semiologia*, ciência dos signos. Constituem seu objeto os *sistemas de signos* — verbais e não verbais —, que são considerados, ainda, como sistemas estáticos, que compreendem, (a) apenas, um inventário de signos, o seu “léxico”, e um conjunto de regras, de leis combinatórias, a sua “sintaxe”

Barthes, um dos seus fundadores, inquestionavelmente brilhante pensador e pesquisador, não concordava com a proposição que havia sido feita por Saussure — de que a Lingüística seria um dos ramos da Semiologia — e sustentou, ao contrário, que os sistemas sígnicos não verbais são dependentes do sistema lingüístico, são sistemas modelizantes secundários — a língua é o instrumento de “pensar o mundo” — e que, por isso mesmo, a Semiologia deveria ser entendida como um ramo da Lingüística.

8. A gramática gerativo-transformacional

Para a construção de sua teoria, Chomsky inspirou-se bastante nos trabalhos dos gramáticos de Port-Royal — uma de suas obras mais significativas intitula-se justamente *Lingüística cartesiana* —, embora, como é compreensível, suas concepções se tenham distanciado, em muitos aspectos, das propostas daqueles.

Defende, por conseguinte, a idéia de que a linguagem humana é lógica e universal, mas não, é claro, nos termos aristotélicos e teológicos em que era apresentada por Port-Royal.

Assim, pois, a ciência da linguagem não deve preocupar-se essencialmente com a diversidade lingüística, com a diversidade das línguas — e das culturas que lhes correspondem —, compreendendo os autores estruturalistas; seu objetivo fundamental será a busca dos *universais da linguagem*.

Por essa razão, o método da gramática gerativo-transformacional se constrói sobre os modelos lógico-matemáticos. Conduz a uma rigorosa formalização, em que são largamente utilizadas equações e arborescências.

Desse modo, em sua concepção, a Lingüística mantém uma relação interdisciplinar privilegiada, não com as ciências humanas, mas com a lógica e a matemática.

De acordo com Chomsky, a linguagem humana é inata. Conseqüentemente, a explicação última da natureza dos signos e da linguagem deve ser buscada na biologia. Na verdade, não se encontra em seus escritos nenhuma tentativa de elaborar uma teoria do signo. Nes-

se sentido, contentam-se ele e seus discípulos em usar as categorias do discurso — substantivo, verbo, preposição, etc. — da gramática tradicional.

Inicialmente, a língua é concebida como um conjunto finito ou infinito de sentenças, construídas a partir de um número finito de elementos. A sintaxe define-se, pois, como o estudo dos princípios e dos processos segundo os quais as sentenças são construídas numa língua. Daí decorre a necessidade de distinguir, em tal investigação, as seqüências ditas *gramaticais* e *agramaticais*, que se configura, assim, como uma de suas preocupações centrais: uma gramática proposta para uma língua deverá permitir sejam *geradas* todas as seqüências gramaticais e não permitir seja gerada qualquer seqüência agramatical.

A adequação de uma gramática proposta para determinada língua pode ser verificada, pois, pela gramaticalidade das seqüências geradas. Um dos critérios dessa verificação é o *juízo* dessas seqüências pelo *falante nativo* (“the sequences it generates are actually grammatical, i.e., acceptable to a native speaker”) Assim, o modelo gerativo-transformacional situa-se numa postura sincrônica e, mesmo, *rigidamente sincrônica*, na expressão de Ruwet, um de seus mais competentes defensores.

Essa concepção leva à proposta das noções de *competência* e *performance* (ou desempenho, ou atuação), distinção fundamental, respectivamente, entre o conhecimento que o falante-ouvinte tem da sua língua, e o emprego efetivo da língua em situações concretas. Entende-se, pois, a competência como a possibilidade ilimitada do falante de construir e compreender um número indefinido de frases, que, em sua maioria, não pronunciou nem ouviu antes, incluído o juízo de sua gramaticalidade. O desempenho corresponde aos atos lingüísticos e é revelador da competência, a qual, por sua vez, pode ser assimilada ao sistema subjacente de regras, aprendido pelo falante-ouvinte e que é por ele utilizado em seu desempenho efetivo. Esse sistema de regras é uma gramática gerativa, dominada e interiorizada pelo falante, lingüisticamente competente, enfim, seu conhecimento de língua.

Embora seja vista como uma atividade “criadora”, que não se confunde com um “repertório” a competência é, entretanto, concebida sincronicamente, considerada como idêntica para todos os falantes de uma língua, numa mesma etapa sincrônica, condição, inclusive, para que qualquer falante possa julgar a gramaticalidade de uma seqüência. A maneira, pois, como se conceitua essa “criativi-

dade” é, sob muitos aspectos, limitada e acha-se muito distante das de outros lingüistas, como, por exemplo, Coseriu.

Chomsky criticara o caráter estático dos modelos de estrutura dos autores que o precederam, particularmente os apresentados por Hockett e por Harris, seu mestre, e justificava a proposição de sua teoria, afirmando sugerir “um modelo mais poderoso que pode remediar essas inadequações” Contudo, ele mesmo define o seu modelo como “um modelo de estrutura da combinatória da frase e de suas transformações”

Desse modo, o caráter dinâmico dos modelos gerativo-transformacionais restringe-se a uma *dinâmica de produção* dos enunciados e mesmo este deve ser bastante nuançado, se se considera que as regras *gerativas* o são no sentido matemático do termo. Não se consegue perceber, em sua concepção rigidamente sincrônica, o lugar que ocuparia, na teoria chomskyana, uma *dinâmica de sistema*, que configurasse, por exemplo, um sistema de regras que permitisse explicar as transformações do sistema. Na expressão do sociolingüista Marcellesi, “faltam à gramática gerativo-transformacional as regras de transformação das regras gerativo-transformacionais”

Isso não impede, entretanto que a gramática gerativo-transformacional, lançada por Chomsky, em 1957, com a publicação de *Estruturas sintáticas*, e amplamente desenvolvida, depois, por ele mesmo e seus discípulos, seja uma das mais importantes correntes da lingüística contemporânea, à qual se devem creditar numerosas contribuições de alto valor, inclusive, no que diz respeito a aspectos filosóficos do estudo da linguagem.

Já a semântica gerativa, proposta por alguns dos seguidores de Chomsky, que pretendiam contestá-lo, parece ter chegado, em seu estágio atual, a um relativo fracasso.

9. Um novo período de transição

O final dos anos sessenta assistiu a uma vaga de proclamações anti-estruturalistas. Criticava-se o estruturalismo “clássico” porque estudava somente a língua e não a fala; o sistema, e não o discurso; o enunciado, e não a enunciação; por sua sincronia rígida, que fazia perder a perspectiva histórica; pela concepção estática de estrutura em que se apoiava.

Várias dessas críticas eram pertinentes, como se vê; algumas deveriam ser nuançadas, como a que se refere à sincronia, tendo em vista os modelos pancrônicos; outras, destituídas de fundamento, de que não nos ocupamos.

Contudo, muitos desses autores incorreram em grave erro, especialmente se levarmos em conta as críticas que haviam formulado. Passaram a estudar a fala, sem relacioná-la à língua; o discurso, sem considerar o sistema a partir do qual é engendrado; a enunciação, sem ligá-lo ao seu produto que é o enunciado. Na verdade, depois de ter verberado as “dicotomias” estruturalistas, simplesmente fizeram incidir os seus trabalhos sobre o segundo termo dessas “dicotomias”, numa atitude que não deixa de ser, em última análise, “estruturalista”! São dessa época, notadamente, algumas pesquisas pretensamente “psicolinguísticas” e “sociolinguísticas” que devem ter causado profunda tristeza aos especialistas que se dedicam, competentemente, a essas importantes disciplinas.

De toda maneira, foi igualmente, um período de fecundas reflexões, para o desenvolvimento ulterior dos estudos lingüísticos.

10. O pós-estruturalismo

Não é fácil a tarefa de tentar circunscrever, em breves páginas, as várias tendências e as características fundamentais das diferentes teorias, escolas, correntes que se inserem no que se convencionou chamar, apropriadamente de pós-estruturalismo. Limitar-nos-emos, por isso — como o fizemos até aqui a reflexões sobre algumas grandes opções epistemológicas e metodológicas.

Ocorreu, no início da década de setenta, a *ruptura epistemológica* que havia sido prevista, muitos anos antes, por Althüsser. Abandonando-se as concepções estáticas de sistema e estrutura, procurou-se proceder à elaboração de uma concepção dinâmica, ou dialética, de sistema e estrutura, que está longe ainda de ser concluída, mas que se revela como uma preocupação constante e produtiva na construção das teorias, dos seus modelos e meta-modelos, e que se vem tornando, dia a dia, mais rigorosa e operacional.

Assim, por exemplo, a *sintaxe-semântica*, disciplina recente na história da Lingüística, proposta simultaneamente, pode-se dizer, por Fillmore, nos EUA, e por Pottier, na França — que são, até hoje os seus melhores representantes —, definiu-se, ao mesmo tempo, como pós-estruturalista e pós-transformacionalista e teve condições de desenvolver-se de modo extraordinariamente fecundo. Defendeu a proposta, hoje plenamente aceita, de que os estudos sintáticos e os estudos [sintáticos e os estudos] semânticos não podem ser conduzidos isoladamente, como acontecia na gramática tradicional, no estruturalismo “clássico” e na gramática gerativo-transformacional padrão, dada a interdependência das estruturas sintáticas e semânticas. Para distinguir-se dessas posturas anteriores, prefere, inclusive, a expressão

sintáxico em lugar de sintático. Demonstrou, em seguida, que nas relações sintáxico-semânticas, o semântico determina o sintáxico (e não o contrário como pretendia a gramática gerativo-transformacional padrão). Depois da valiosíssima contribuição que constituiu a proposta de Pottier, da análise sêmica, tornada finalmente, rigorosa e operacional, e da distinção fundamental, como também da interdependência e da complementaridade da semântica lexical e da semântica gramatical, que vem sendo notavelmente aperfeiçoadas, encontram-se, no estágio atual de sua teoria, muito bem articuladas a instância da enunciação e o enunciado, o que permite prever-lhe um desenvolvimento ainda mais enriquecedor

No capítulo das relações entre a Lingüística e a Lógica, Ducrot observou, acertadamente, que todos os esforços até então realizados buscavam submeter as línguas naturais e os seus discursos à diferentes modelos oferecidos pelos diversos sistemas lógicos construídos. Propôs a necessidade de proceder-se de modo inverso e, reconhecendo que a linguagem tem uma função lógica, pôs-se a estudar a *lógica da linguagem*, a lógica das línguas naturais. Elaborou, desse modo, e continua elaborando uma sólida teoria das leis lógicas e argumentativas, uma teoria estrutural (e não estruturalista) do discurso e concebe a enunciação como uma polifonia.

O início dos anos setenta assistiu, igualmente, ao surgimento do projeto de uma nova ciência, a *Semiótica*, que se não deve confundir com a Semiótica filosófica, e que procurou, por outro lado, distanciar-se claramente da Semiologia estruturalista. Trata-se, pois, de uma ciência em construção, na qual as propostas e os trabalhos de Greimas — assim como muitos discípulos seus, na Escola Semiótica de Paris, que fundou vêm tendo uma importância decisiva.

Define-se a Semiótica como a *ciência da significação*. Constituem seu objeto os sistemas semióticos — verbais, não verbais e aqueles que chamamos complexos como o cinema, o teatro, a televisão, a história em quadrinhos, etc. — e os seus discursos.

A Semiótica opõe à concepção de *sistema de signos*, da Semiologia estruturalista, a sua concepção de *sistema de significação*.

Com efeito, um sistema de significação *contém* um sistema de signos, constituído, por sua vez, de um inventário de funções semióticas (grandezas-signos) e metasemióticas, e de uma sintaxe frástica e transfrástica e compreende, ainda, uma *máquina semiótica* — ou uma sintaxe de “criatividade” —, que permite engendrar novas funções semióticas e metasemióticas e novas regras da sintaxe frástica e transfrástica, donde uma *dinâmica de sistema*. A sintaxe transfrástica, por

seu lado, contempla as estruturas narrativas, as estruturas discursivas, deve prever as transformações, na passagem do nível da semântica profunda para as estruturas intermediárias, narrativas, na discursivização — actorilização, espacialização, temporalização, aspectualização, enfim —, na figurativização, ou seja, as transformações que ocorrem no *percurso gerativo* do texto; deve prever, também, os processos de persuasão/interpretação, de manipulação/contramanipulação, e de veridicção.

Apesar de sua criação bastante recente, e de caracterizar-se, por ora, como um projeto de ciência, a Semiótica já tem a seu crédito um vasto conjunto de pesquisas conduzidas com sucesso; elaborou uma metalinguagem científica rigorosa e coerente e construiu um quadro teórico respeitável e perfeitamente operacional; desenvolveu disciplinas novas, dentre as quais cumpre citar a sociosemiótica, que estuda os discursos sociais não literários — como, por exemplo, o discurso científico, o discurso tecnológico, o discurso político, o discurso jornalístico, o discurso jurídico, o discurso publicitário, o discurso pedagógico, o discurso burocrático, etc. —, e a psicosemiótica.

Assim, são examinadas as estruturas de poder dos discursos e abre-se o caminho para uma tipologia dos discursos. Os sistemas semióticos são considerados como *processos de produção* e os discursos, do mesmo modo, como *microsemióticas*, isto é, como processos de significação — são o lugar da semiose —, de produção de informação e de produção e sustentação de ideologia.

Nessa perspectiva, a Lingüística, que estuda as línguas naturais — um tipo particular de sistemas semióticos — e os seus discursos, pode ser claramente concebida como um dos ramos da Semiótica. A Semiótica contém a Lingüística, como desejava Saussure.

O conjunto dos sistemas semióticos em operação numa determinada comunidade e dos seus discursos constitui a *macrosemiótica* dessa comunidade. Segue-se, pois a proposição de uma semiótica da cultura que deve conduzir, igualmente a uma tipologia das culturas.

De acordo com os *meta-modelos* na Semiótica e na Lingüística pós estruturalista, o sistema sustenta-se numa tensão dialética entre duas forças contrárias, a *conservação* e a *mudança*; o discurso, por sua vez, sustenta-se na tensão dialética *consenso/especificidade*; sistema e discurso contraem uma função — mas não unívoca, como queria Hjelmslev — e a tensão dialética *sistema/discurso* sustenta o *processo semiótico*. Desforma, um sistema *x*, num dado momento, autoriza a produção de um discurso *y*, que, em sua produtividade,

produz significação e informação novas, das quais uma parte se perde, por ruído, e uma parte é conservada, integrando-se *ipso facto* no sistema e mudando-o, donde o sistema x' que autoriza o discurso y' subsequente. O sistema não é, pois, imanente, mas subjacente aos discursos. De maneira resumida, o sistema produz o discurso que produz o sistema. Assim, como sustentava Lacan, somos os produtores dos nossos discursos e o resultado dos nossos discursos.

Nessas condições, os esforços convergentes da Semiótica e da Lingüística pós-estruturalista, particularmente da sociolingüística, conduziram a uma concepção de pancronia *lato sensu*, uma pancronia ampla, que se não confunde com a pancronia *stricto sensu* do estruturalismo. Com efeito, esta era entendida como um método que combina os eixos sincrônico e diacrônico, propondo, em suma, o estudo sincrônico de sistemas sucessivos de um idioma, no eixo do tempo, e o seu exame contrastivo. Semelhante concepção implicava, como vimos, o estabelecimento de “buracos negros” entre dois sistemas considerados sucessivos, para assegurar a viabilidade da pesquisa e tornava necessário, ao menos teoricamente, um momento de *ruptura* entre tais sistemas; logo, procurava-se estudar, combinadamente, dois processos, o do funcionamento e o da mudança da língua. A pancronia ampla, proposta no pós-estruturalismo entende, ao contrário, que funcionamento da língua na sociedade, como instrumento de comunicação, e mudança da língua, no eixo da história, constituem um *único processo* e propõe, por conseguinte, a *neutralização* dos eixos sincrônico e diacrônico.

A língua e os seus discursos, assim como os demais sistemas semióticos — e os seus discursos — pertencentes a determinada cultura, e que constituem, pois, a sua macrossemiótica, operam a construção e a permanente reconstrução de sua *visão de mundo*, ou seja, da ideologia coerente e compatível que subjaz a esses sistemas e a essa mesma cultura. Desse modo, a língua, embora muito abrangente, é, apenas, *um* dos instrumentos de pensar o mundo.

Decorre de semelhantes proposições que a *competência* é variável de um sujeito para outro; nos sujeitos, de um sistema semiótico para outro e de um universo de discurso para outro, no interior de determinado sistema; é variável ainda, no mesmo sujeito, de um momento para outro, ao longo de sua continuidade histórica, enquanto indivíduo.

O sistema semiótico não é um código mas compreende vários códigos — e sub-códigos — como também o seu universo semiótico. Tem-se uma concepção dinâmica de estrutura, em que esta assume,

simultaneamente, as funções de *structura structurans* e de *structura structurata*.

Às teorias e aos modelos da Semiótica e da Lingüística pós-estruturalista subjaz uma *meta-teoria* formal-funcional, já que utiliza, concomitante e combinadamente, as noções de *função* como desempenho e como relação de dependência. Seus modelos e meta-modelos são, pois, *formais-funcionais*. Para isso muito contribuiu, certamente, o fato de que a Semiótica, na elaboração de sua teoria, inspirou-se, bastante, nos modelos da sintaxe-semântica, da Lingüística, de tal modo que veio a constituir-se, sob vários aspectos, como uma sorte de sintaxe-semântica transfrástica.

A lingüística pós-estrutural preocupa-se com a diversidade lingüística, agora nitidamente ampliada em sua concepção, pois que se interessa pela diversidade das línguas — e suas correspondentes culturas — e, também, pela diversidade dos discursos, no quadro de uma língua e uma cultura. A Semiótica, igualmente, preocupa-se com a diversidade dos sistemas semióticos, em suas respectivas culturas, e com a diversidade dos discursos, no interior destas, e chega mesmo a propor uma semiótica cultura e uma tipologia das culturas.

Estudam-se os processos de produção, examinam-se o sistema e o discurso, em suas tensões e articulações no processo semiótico, analisa-se o enunciado e a enunciação, em sua interdependência, tomando-se esta última como uma *tensão*.

Estabelecem-se, assim, de maneira privilegiada e cada vez mais precisa, relações entre a *Lingüística* e a Semiótica, de um lado, e as demais ciências do homem, de outro, defendendo-se com ênfase, a necessidade de estudos interdisciplinares e multidisciplinares. Daí resulta, também, o incremento das disciplinas por definição interdisciplinares como sociolingüística, a psicolingüística, a etnolingüística, a sociossemiótica e a psicosssemiótica, dentre outras. A partir dos trabalhos em que a enunciação ocupa lugar de relevo, — entre os quais é preciso assinalar as destacadas pesquisas de Culioli —, vem acrescentar-se a esse quadro muitíssimo rico a importante disciplina que é a pragmática.

As relações entre a língua, a cultura e a sociedade são vistas como tensões dialéticas, no interior de um único e amplo processo, que é o complexo sócio-lingüístico-cultural.

Por outro lado, os semióticos e os lingüístas dessa fase não abandonam, mas, ao contrário, intensificam as reflexões e as investigações relativas aos *universais* semióticos e lingüísticos. Ao modelo chomsky-

ano, que compreende uma estrutura profunda e uma estrutura de superfície, contrapõem quatro níveis de estrutura: hiper-profunda, profunda, de superfície e de manifestação. Dessa forma, ao nível da estrutura hiper-profunda, de Greimas, ou do nível conceptual — pré-código e trans-código —, proposto por Pottier, busca-se examinar e formular as estruturas e os processos que definem a *aptidão semiótica* do homem.

Na construção dessas teorias, de seus modelos e meta-modelos, e em suas aplicações, desempenha importante e crescente papel a formalização, com a adequada utilização dos modelos lógico-matemáticos, da lógica dialética, da lógica das modalidades. Muito se deve, nesse aspecto, aos lingüistas matemáticos como Revzin, prematuramente falecido, e seus continuadores.

Consegue-se, desse modo, elaborar uma metalinguagem científica, em contínuo processo de aperfeiçoamento, dotada de elevado nível de rigor e de notável poder de explicação.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ARRIVÉ, M. et al. — “Sémiotiques textuelles”. In: *Langages*, 31. Paris, Didier/Larousse, 1973.
- BALDINGER, K. — *Teoría semántica. Hacia una semántica moderna*. Madrid, Alcalá, 1970.
- BARBOSA, M. A. — *Léxico, produção e criatividade. Processos do neologismo*. São Paulo, Global, 1981.
- BARTHES, R. — *Le degré zéro de l'écriture. Eléments de sémiologie*. Paris, Seuil, 1964.
- BENVENISTE, E. — *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.
- BLOOMFIELD, L. — *Language*. London, Allen Unwin, 1957.
- BRUNOT, F. — *La pensée et la langue*. 3è ed. Paris, Masson, 1965.
- CHARAUDEAU, P. — “Problématique de l'analyse léxico-sémantique”. In: *Travaux de Linguistique et Littérature*, V XIII, n° 1. Strasbourg, Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg, p. 209-228.
- CHOMSKY, N. — *Syntactic structures*. The Hauge, Paris, Mouton, 1956
- CHOMSKY, N. — *Lingüística cartesiana*. Madrid, Gredos, 1969.

- COSERIU, E. — *Teoría del lenguaje y lingüística estructural*. Madrid, Gredos, 1967.
- COSERIU, E. — *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1977
- COURTES, J. — *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*. Paris, Hachette, 1976.
- DUBOIS, J. — *Grammaire structurale du Français: nom et pronom*. Paris, Larousse, 1965.
- DUCROT, O. — *La preuve et le dire. Langage et logique*. Paris, Mame, 1973.
- FAUCONNIER, G. — *La coréférence: syntaxe ou sémantiques?* Paris, Seuil, 1974.
- FISHMAN, J. A. — *Sociolinguistique*. Paris, Bruxelles, Nathan, Labor, 1971.
- FOUCAULT, M. et al. — *Estructuralismo. Antología de textos teóricos*. Lisboa, Portugal, 1968.
- FREGE, G. — *Estudios sobre semántica*. Barcelona, Ariel, 1971.
- GALMICHE, M. — *Sémantique générative*. Paris, Larousse, 1975.
- GARDIN, J. C. — *Les analyses de discours*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1974.
- GLADIOK, A. V. et al. — *Eléments de linguistique mathématique*. Paris, Dunod, 1972.
- GREIMAS, A. J. — *Sémantique structurale*. Paris, Larousse, 1966.
- GREIMAS, A. J. — *Du sens. Essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1976.
- GREIMAS, A. J. — *Sémiotique et sciences sociales*. Paris, Seuil, 1976.
- GREIMAS, A. J. et
- COURTES, J. — *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
- GUILBERT, L. — *La créativité lexicale*. Paris, Larousse, 1975.
- HJELMSLEV, L. — *Prolegomena to a theory of language*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1963.
- HORMANN, H. — *Introduction à la psycholinguistique*. Paris, Larousse, 1972.
- JAKOBSON, R. — *Essais de linguistique*. Paris, Minuit, 1963.
- KRISTEVA, J. et al. — *Essay in Semiotics, Essais de Sémiotique*. Paris, The Hague, Mouton, 1971.

- KRISTEVA, J. et al. — *Langue, discours, société*. Paris, Seuil, 1975.
- LANDOWSKY, E.
- GREIMAS, A. J. et al. — *Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*. Paris, Hachette, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, C. — *Anthropologie structurale*. Paris, Plon, 1971.
- LOTMAN, Y. M. — "Problèmes de la typologie des cultures". In KRISTEVA, 1971.
- MALMBERG, B. — *Signes et symboles. Les bases du langage humain*. Paris, Picard, 1977.
- MARCELLESI, J. B. et
- GARDIN, B. — *Introduction à la sociolinguistique*. Paris, Larousse, 1974.
- MARCELLESI, C. — "Néologie et fonctions du langage". In: *Langages*, 36. Paris, Didier/Larousse, 1974.
- MARTINET, A. — *Éléments de linguistique générale*. Paris, A. Colin, 1963.
- MARTINET, A. — *La linguistique synchronique*. Paris, PUF, 1965.
- MULLER, C. — *Initiation à la statistique linguistique*. Paris, Larousse, 1968.
- PAIS, C. T. — "Les tensions et les parcours de production du processus sémiotique". In: *Acta semiótica et linguística*, V. 3. São Paulo, Global-SBPL, 1979, p. 103-124.
- PAIS, C. T. — "Systèmes de signes et systèmes de signification aud là du structuralisme". In: *Acta semiótica et linguística*. V. 4. São Paulo, Global-SBPL, 1980, p. 69-80.
- PIAGET, J. — *Problemas de psicolingüística*. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- PEIRCE, C. S. — *Semiótica e filosofia*. São Paulo, Cultrix, 1972.
- POTTIER, B. — *Presentación de la lingüística*. Madrid, Romania, 1968.
- POTTIER, B. et al. — *Estruturas lingüísticas do Português*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- POTTIER, B. — *Linguistique générale. Théorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.
- POTTIER, B. — "L'homme, le monde, le langage, les langues, le linguiste" In: *Bulletin*, n° 14. Paris, Groupe de Recherches Sémio-linguistiques, 1980, p. 3-7.
- REY, A. — *Le lexique: Images et modèles du dictionnaire à la lexicologie*. Paris, A. Colin, 1977.

- REVZIN, I. I. — *Les modèles linguistiques*. Paris, Dunod, 1968.
- RUWET, N. — *Introduction à la grammaire générative*. Paris, Plon, 1967.
- SALOMON, L. B. — *Semantics and common sense*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1966.
- SAPIR, E. — *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio, Acadêmica, 1971.
- SAUSSURE, F. de — *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot, 1964.
- SINGH, J. — *Teoría de la información, del lenguaje y de la cibernética*. Madrid, Alianza, 1972.
- TESNIÈRE, L. — *Éléments de syntaxe Structurale*. Paris, Klincksieck, 1969.
- ULMANN, S. — *The Principals of Semantics*. Oxford Glasgow, Blackwell, Jackson, 1954.
- WHORF, B. L. — *Lenguaje, pensamiento y realidad*. Barcelona, Barral, 1971.